

## **“MILAGRE ECONÔMICO”: A CONSOLIDAÇÃO DO CONSENSO DAS BASES ECONÔMICAS AO GOVERNO GEISEL POR MEIO DE “O IMPARCIAL”.**

Werbeth Serejo Belo

O governo Médici é conhecido por ter atingido altas taxas de desenvolvimento econômico a ponto de ser considerado um período que merecia ganhar a nomenclatura “milagre econômico”. Este “milagre”, todavia, tem bases sólidas possibilitadas por governos anteriores (Castello Branco e Costa e Silva), cada um com sua especificidade. O governo Castello Branco, através do diagnóstico ortodoxo da inflação, atacou o grande mal econômico – a inflação - a fim de atingir uma estabilização econômica. Além disso, organizou todo o sistema financeiro nacional a partir da lei nº 4.595 de 31 de dezembro de 1964, possibilitando uma reordenação econômica estratégica pautada no planejamento.

O governo Costa e Silva se propôs a alcançar novos índices de desenvolvimento econômico aliando este desenvolvimento à queda da taxa inflacionária com base em medidas heterodoxas que, em 1969, voltavam a se aproximar da ortodoxia do governo Castello Branco a partir de uma busca incessante pela redução da taxa inflacionária a partir da regularização do déficit orçamentário.

O “milagre econômico” tem sido tema de debate constante na academia, justamente para que se possa perceber através de quais medidas foi possível este “milagre” que inseriu o Brasil na lógica Capital-Imperialista internacional, quais alianças se mantiveram, quais foram desfeitas e, sobretudo, a que custo social foi possível.

Além disso, inúmeras formas de garantir o consenso em torno do projeto desenvolvimentista foram utilizadas neste período, além dos *think tanks*<sup>1</sup>, havia no âmbito da Sociedade Civil Aparelhos Privados de Hegemonia que utilizavam estratégias de convencimento social a favor dos projetos de interesse da fração burguesa financeira que aliados à coerção do Estado Restrito mantieram a hegemonia da ditadura Empresarial-Militar até o ano de 1985<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Segundo Denise Barbosa Gros (2008) think tanks são institutos privados de pesquisa que estão presentes no processo de formulação de políticas públicas que são financiados por doações de grandes empresas.

<sup>2</sup> Há um intenso debate na academia a respeito do fim do regime ditatorial no Brasil. Alguns autores definem o fim do regime a partir de 1979 com a promulgação da Lei da Anistia, outro grupo – a maioria – define o fim do regime em 1985 quando o último presidente militar sai do condução do Estado Restrito e um terceiro grupo aponta o fim do regime autoritário em 1988 com a promulgação da nova constituição brasileira, considerando que entre 1985 e 1988 houve uma continuidade do regime a níveis de estrutura do estado Restrito.

Propomo-nos, a partir daqui, a fazer uma análise do período do governo Médici (1969-1973) concomitante à análise do Jornal O Imparcial de forma que fique claro o posicionamento deste frente à política econômica do dito governo e à explosão de conglomerados de financeiras que ocorre entre 1969 e 1973. A hipótese que se pretende sustentar aqui aponta o dito periódico em análise como um dos Aparelhos Privados de Hegemonia que garantiram a conquista do consenso do projeto desenvolvimentista regionalmente.

Começemos pela análise da política econômica e de seus agentes principais. Na condução da política econômica do governo Médici temos como principais agentes João Paulo dos Reis Velloso<sup>3</sup> (Ministro do planejamento) e Antonio Delfim Netto mantido na pasta da Fazenda.

O diagnóstico inflacionário do governo Costa e Silva foi mantido e representado através do “Plano Metas e Bases para a ação do governo” lançado em setembro de 1970 que “definia os objetivos nacionais e as metas estratégicas setoriais” (PRADO. EARP, 2007, p.221) e “pretendia satisfazer a demanda de crescimento econômico” (GIANNAZI, 2013, p.179). Além disso, o plano pretendia promover a integração dos segmentos sociais, no entanto, não foi posto em prática.

Em dezembro de 1971 é lançado o I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND – que, assim como o PED do governo Costa e Silva objetivava o crescimento econômico e a contenção da inflação. No que diz respeito à contenção da inflação quatro fatores atuaram, segundo Jennifer Hermann (2005): a) a capacidade ociosa da economia; b) o controle direto do governo sobre taxas e juros; c) a política salarial em vigor que resultou em queda dos salários e; d) política agrícola implementada que contribuiu para expandir a produção e evitar pressões inflacionárias no setor. (HERMANN, 2005, p.86).

No que diz respeito à política salarial alguns números precisam ser mostrados, haja vista que salário nominal<sup>4</sup> não quer dizer alta do salário real, isto é, é necessário relacionar a

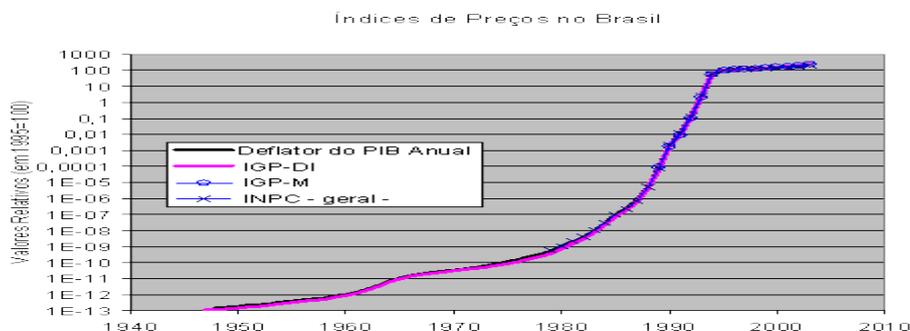
---

<sup>3</sup> **João Paulo dos Reis Velloso: Formação Acadêmica:** Economia (UERJ), Pós-Graduação (FGV), Mestrado (EUA). **Atuação nas Agências Estatais:** Escriturário e Oficial de Administração do IAPI (1952), Escriturário do Banco do Brasil (1955), EPEA (1964-68), Secretário Geral do Ministério do Planejamento (1968), Membro do Conselho de Administração do BNDES (1991-97), Membro do Conselho de Administração da BNDESPAR (1998). **Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia:** INAE (1992). **Atividades Profissionais:** Professor FGV (1973), Diretor geral da área econômica da Veplan-Residência Empreendimentos Imobiliários (1979), Presidente Ibmec (1980-99), Presidente da Investplan-Participações e Negócios (1982-87). (PICCOLO, 2010, p.399).

<sup>4</sup> Soma em dinheiro que o trabalhador recebe em troca de sua força de trabalho. Não proporciona uma ideia precisa do salário real, pois sua verdadeira magnitude dependerá do nível de preços correspondentes dos bens e

capacidade do poder de compra da classe trabalhadora aos níveis salariais taxados pelo governo através da política econômica.

**Gráfico 1 – Índice Geral de Preços no Brasil entre 1940 e 2010:**



Fonte: [http://ecen.com/eee41/eee41p/indices\\_de\\_inflacao\\_para\\_internet.htm#2.4](http://ecen.com/eee41/eee41p/indices_de_inflacao_para_internet.htm#2.4)

**Tabela 1 - Salário Nominal entre 1964 e 1973 (em Cr\$):**

Capitais	02.1964/ 02.1965	03.1965/ 02.1966	03.1966 / 02.1967	03.1967/ 03.1968	03.1968 / 04.1969	05.1969/ 04.1970	05.1970/ 04.1971	05.1971 04.1972	05.1972/ 04.1973
Porto Velho	34,00	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
Rio Branco	30,90	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
Manaus	34,00	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
Boa Vista	34,00	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
Belém	31,00	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
Macapá	31,00	48,00	61,00	76,25	93,60	112,80	134,40	172,80	206,40
São Luís	25,20	39,60	51,00	73,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
Teresina	20,00	36,00	48,00	60,00	76,80	98,40	124,80	151,20	182,40
Fortaleza	25,20	39,60	51,00	63,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
Natal	25,20	39,60	51,00	63,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
João Pessoa	25,20	39,60	51,00	63,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
Recife	33,00	51,60	66,00	82,50	100,80	120,00	144,00	172,80	206,40
Maceió	26,20	39,60	51,00	63,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
Aracaju	25,20	39,60	51,00	63,75	79,20	98,40	124,80	151,20	182,40
Salvador	33,00	51,60	66,00	82,50	100,80	120,00	144,00	172,80	206,40
Belo Horizonte	42,00	64,32	81,00	101,25	124,80	148,80	177,60	216,00	268,80
Vitória	32,40	51,60	66,00	82,50	100,80	124,80	156,00	187,20	225,60
Niterói	42,00	66,00	84,00	105,00	129,60	156,00	187,20	225,60	268,80
Rio de Janeiro	42,00	66,00	84,00	105,00	129,60	156,00	187,20	225,60	268,80
São Paulo	42,00	66,00	84,00	105,00	129,60	156,00	187,20	225,60	268,80
Curitiba	35,60	60,00	76,50	95,63	117,60	141,60	170,40	208,80	249,60
Florianópolis	35,60	60,00	76,50	95,63	117,60	141,60	170,40	208,80	249,60
Porto Alegre	36,60	60,00	76,50	95,63	117,60	141,60	170,40	208,80	249,60
Cuiabá	33,00	51,80	66,00	82,50	100,80	120,00	144,00	172,80	206,40
Goiânia	34,00	51,84	66,00	82,50	100,80	120,00	144,00	172,80	206,40
Brasília	42,00	63,60	81,00	101,25	124,80	148,80	177,60	216,00	268,80

FONTES: Decretos-leis - 5977 de 10-11-1943; 30 342 de 24-12-1951; 35 450 de 1-5-1954; 39 604-A de 14-7-1956; 45 106-A de 24-12-1958; 49 119-A de 15-10-1960; 51 336 de 13-10-1961; 51 613 de 3-12-1962; 53 578 de 21-2-1964; 55 803 de 26-2-1965; 57 900 de 2-3-1966; 60 231 de 16-2-1967; 62 461 de 25-3-1968; 64 442 de 1-5-1969; 66 523 de 30-4-1970; 68 576 de 1-5-1971; 70 465 de 27-4-1972 e 72 148 de 30-4-1973. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1973. Rio de Janeiro: IBGE, v.34, 1973. Elaboração própria.

serviços (e também dos impostos) que o trabalhador deve adquirir para a manutenção e a reprodução de sua vida e de sua família. (SANDRONI, 1999, p.542).

Como pode ser percebido através do gráfico de índices de preços e da tabela do salário nominal, o índice de preços está em constante ascensão assim como os índices dos salários nominais. Entretanto, a taxação do salário nominal, como já foi exposto, não explica por si só a capacidade do poder de compra da classe trabalhadora, é preciso relacionar os números para perceber a taxação do salário real. A partir desta relação é perceptível que os níveis do Índice Geral de Preços - IGP ascendem de forma mais acelerada que os níveis de salário nominal o que reduz a capacidade do poder de compra da classe trabalhadora, comprimindo, portanto, os níveis do salário real. Entre 1960 e 1970 o IGP mais que dobra enquanto os níveis de salário nominal crescem, segundo o IBGE, a níveis menores, assim este cresce em progressão aritmética enquanto aquele em progressão geométrica.

O jornal O Imparcial em artigo intitulado “Pátria e Trabalho” apresenta o contrário dos números supracitados, demonstrando outra situação do trabalhador que difere muito desta de queda da taxa do salário real. A partir da análise do discurso do então Ministro do Trabalho e da Previdência Social (Júlio de Carvalho Barata) temos o seguinte posicionamento:

[...] foi um discurso vazado nos mais puros moldes de patriotismo e o amor e respeito a todos os trabalhadores brasileiros, dos campos ou das cidades, que podem ter a certeza de que no ministro Júlio Barata encontram um deles, trabalhando e lutando, para que todos possam ter “a certeza de uma vida mais tranquila e feliz”.

O prof. Júlio Barata com sua palavra fez sentir aos trabalhadores que o Brasil é de todos nós, está em todos os corações, porque como disse Cícero “a pátria é a mãe de todos nós”. (O Imparcial. 10.09.1970).

É perceptível a exaltação ao então ministro do trabalho e da previdência social feita no artigo acima de forma que não se encontra no dito periódico artigo, editorial e até mesmo reportagens que analisem de forma crítica a política salarial adotada no período aqui estudado, Aparelho Privado de Hegemonia que se constitui importante na garantia do consenso regional em torno do projeto hegemônico.

No que diz respeito à nova política trabalhista, Virgínia Fontes e Sonia Mendonça (2001) apontam que esta tinha três objetivos principais: a) a sujeição dos trabalhadores a um verdadeiro programa de poupança forçada; b) a criação de um “novo” sindicato, com funções mais assistencialistas que impedisse uma organização efetiva da classe trabalhadora; c) fortalecimento da estrutura sindical e corporativa enquanto alicerce da coesão social. (MENDONÇA. FONTES, 2001, p.22). As autoras continuam apresentando a respeito das

características da política salarial: a) veio aplicar a disciplina anti-inflacionária seletivamente contra a classe trabalhadora; b) o Estado redistribuiu os recursos necessários para a manutenção do modelo econômico, privilegiando estratos de alta renda, tornados consumidores preferenciais; c) alterou-se a base do cálculo dos reajustes salariais, passando a ser média dos salários recebidos nos últimos dois anos (MENDONÇA. FONTES, 2001, p.23). Portanto, a legitimação do discurso do ministro dada pelo Imparcial através do artigo acima exposto nada mais é que estratégia de manutenção da hegemonia do projeto da ditadura Empresarial-militar no âmbito trabalhista e salarial.

Ainda no âmbito da análise da taxa real dos salários, além da alta dos preços temos a utilização do depósito compulsório na figura do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, criado em 1966. O FGTS foi largamente utilizado pelo Governo Federal para incentivo à indústria de construção civil com a criação de moradias populares gerenciadas pelo Banco Nacional de Habitação – BNH, financiando a casa própria aos trabalhadores com parte de sua própria renda e adicionado a taxas posteriores de pagamento. Através de reportagem de setembro de 1971, o jornal O Imparcial abre, mais uma vez, espaço para apresentar análise do Banco Nacional de Habitação a respeito do FGTS:

[...] afirma a entidade que as vantagens do FGTS são hoje reconhecidas pela maioria dos trabalhadores, que compreenderam a necessidade da substituição do antigo e ineficiente regime de estabelecimento dos dez anos de serviço, pelo novo estatuto, que se integra num complexo de medidas e realizações voltadas para o bem estar dos assalariados. (O Imparcial. 17/09/1971).

Como pode ser percebido o FGTS foi exaltado pelo dito periódico através da análise do BNH que considerava a estabilidade dos trabalhadores como algo ineficiente. Obviamente, esta ineficiência ocorria em relação ao Estado haja vista que através do FGTS houve uma expansão da concentração de capital disponível à atuação estatal em prol do reinvestimento de parte da renda dos trabalhadores em diversos segmentos da economia, com ênfase na ascensão da indústria de construção civil e seus derivados.

Luiz Aranha Correa do Lago (1995) apresenta uma breve conclusão a respeito da política salarial que demonstra justamente o contrário da reprodução do jornal O Imparcial:

Contenção dos níveis de salário real, dentro do espírito de combate à inflação de custos da nova administração, favorecendo a acumulação de capital via manutenção da taxa elevada de lucro, e possibilitando uma

política de remuneração seletiva para o pessoal de nível mais elevado (LAGO, 1995, p.287).

O acúmulo de capital acima mencionado possibilitou a abertura de novas agências financeiras e a consolidação das já existentes culminando na hegemonia da fração financeira da burguesia no período aqui conhecido como “milagre econômico”. Esta hipótese permite perceber a transição entre frações burguesas na condução do Estado Restrito, isto é, a fração industrial hegemônica desde o governo Vargas dá lugar à fração financeira de forma que continua a atuar com esta no âmbito do Estado Restrito.

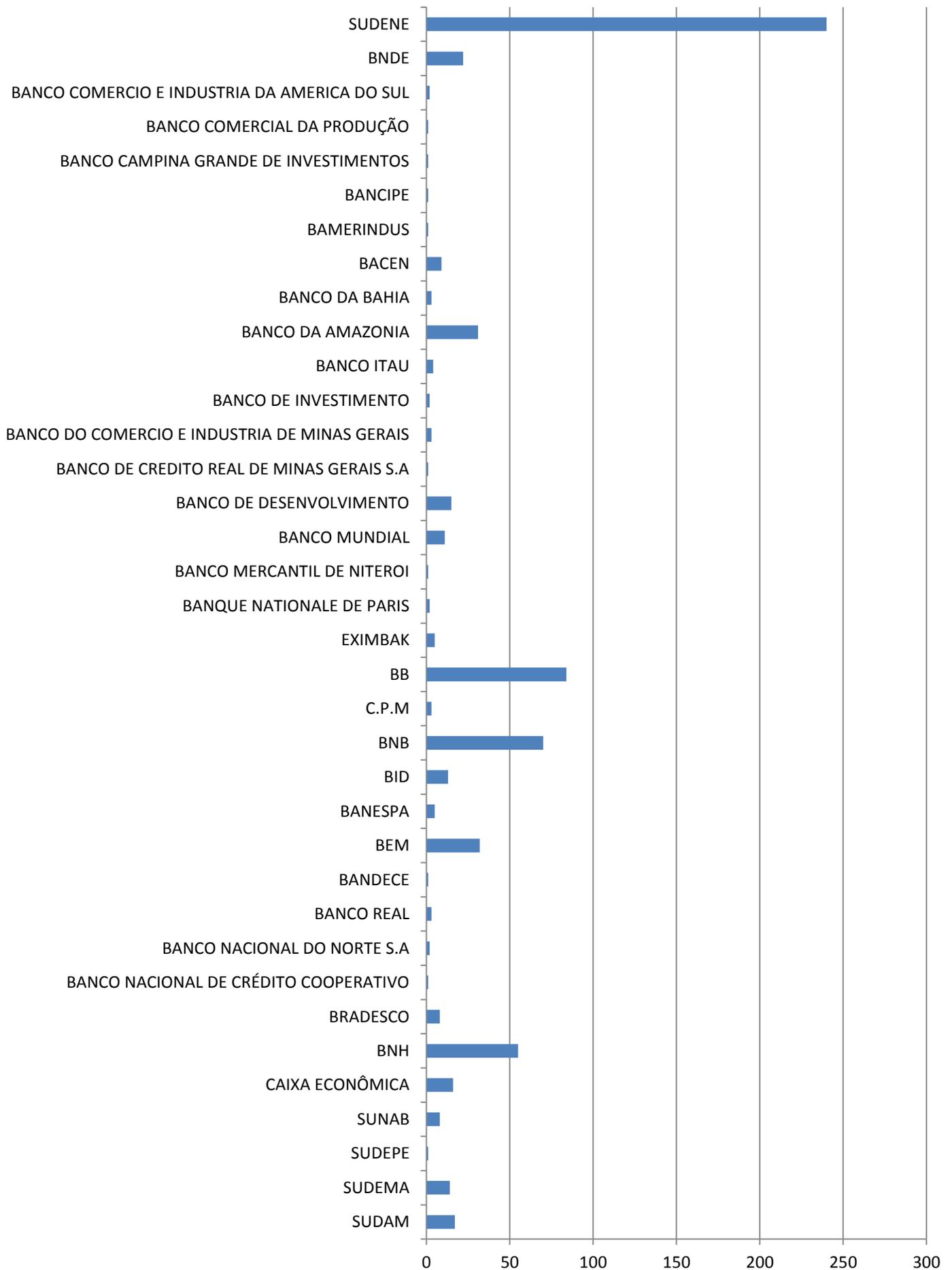
Assim, a conjuntura estratégica criada desde 1964 proporcionou a hegemonia do empresariado financeiro, ou seja, há o predomínio do mercado de capitais de forma que a fração financeira dá subsídio à fração industrial que reinveste gerando maior lucro e cada vez maior concentração de capitais. Portanto, aplicação da fórmula marxiana  $D-d-M-d'-D'$ , isto é, capital produtor de juros (principalmente na figura dos bancos) nas mãos dos industriais que o investem no processo de produção que culmina na elaboração de novas mercadorias gerando lucro e retorna às financeiras com o pagamento dos juros<sup>5</sup>(MARX, 1994). Segundo Dreifuss, esta transição entre frações burguesas só foi possível pela formação de uma elite orgânica no seio do principal Aparelho Privado de Hegemonia da ditadura Empresarial-Militar - o complexo IPES/IBAD (DREFIFUSS, 1987) que atuaria lado a lado com o corpo militar que conduziu o processo golpista que culminou no golpe Empresarial-Militar de 1964.

Durante a ditadura Empresarial-Militar, como já foi exposto anteriormente, há uma explosão de conglomerados de financeiras que ocorre sobretudo entre 1969 e 1973. Partindo dessa constatação foi feito, a partir de seleção de O Imparcial, um levantamento das principais agências financeiras e fundos de investimento que atuaram no Maranhão no recorte temporal citado (ver anexo I). Foi elaborado, também, um gráfico quantitativo de forma que se perceba o espaço dado pelo O Imparcial às agências estatais e privadas para que posteriormente possamos analisar estruturalmente este periódico de forma que isto seja feito com base em dados seguros.

---

<sup>5</sup> Esta fórmula foi elaborada por Marx em “O capital” originalmente publicado em 1894.

**Gráfico 2 - Agências financeiras - O Imparcial entre 1969 e 1973\***



\*Fonte: O Imparcial. Elaboração própria

A partir destas reportagens percebemos a atuação de agências inseridas do Estado Restrito de forma muito mais ativa que outras agências financeiras. A Sudene representa o alinhamento à Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento atuando em favor do desenvolvimento regional para inserir o nordeste no circuito nacional econômico, mesmo que de forma subsidiada, assim como o Banco Nacional de Habitação, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco da Amazônia, o BNDE, a Sudam e a Sudema.

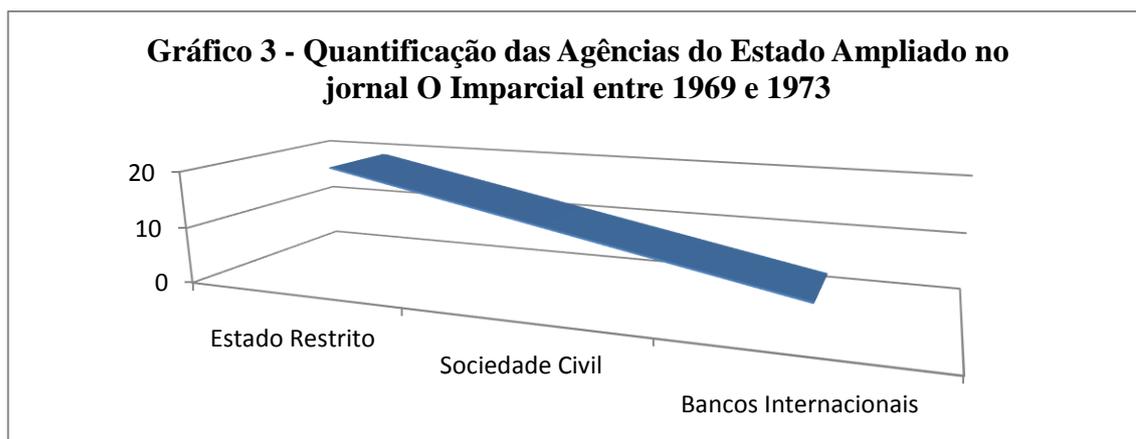
No entanto, outras agências financeiras de base privada e mista também aparecem atuando no Maranhão, o que demonstra o favorecimento dado pelo Estado Restrito a esta atuação, além da abertura dada pelo impresso aqui em análise a estas notícias haja vista que muitas delas estão direcionadas a tecer elogios às medidas econômicas adotadas no período em análise.

Essa possibilidade de surgimento de conglomerados de financeiras é perfeitamente explicada pelo planejamento decorrente das novas diretrizes do Brasil pós-1964 que tinham por objetivo o desenvolvimento econômico-financeiro alinhado ao desenvolvimento econômico mundial, mas como já foi mencionado isto ocorria de forma subsidiada à lógica Capital-Imperialista. Segundo Paulo Roberto Almeida (2004) o planejamento nacional possuía os seguintes objetivos:

[...] estruturadas mais frequentemente em torno de grandes objetivos econômicos e, em alguns casos, formuladas para atender necessidades de estabilização econômica ou de desenvolvimento regional (como a Sudene), essas experiências de planejamento governamental (...) conseguiram atingir algumas das metas propostas, mas mantiveram pouco impacto na situação social da nação (ALMEIDA, 2004, p.3).

Alinhadas ao planejamento, ou melhor, como condutoras deste planejamento, estão as agências financeiras de cunho estatal ou que emergem da sociedade civil como forma de nutrir o desenvolvimento econômico nacional. Estes conglomerados de financeiras atuam de forma que “ampliou-se a expansão de grupos financeiros para os diversos setores da economia (...), bem como se incrementou o número de grupos econômicos que criaram ou consolidaram empresas no setor financeiro” (MINELLA, 1996, p.80).

Vejamos, através de novos gráficos, a relação entre o espaço dado no dito periódico às agências estatais e às agências de cunho privado para, posteriormente entrarmos nas análises textuais.



Fonte: O Imparcial. Elaboração própria.

O gráfico mostra que o jornal O Imparcial deu uma ênfase muito maior na atuação de agências localizadas no Estado Restrito como: Sudene, Sudam, Sudema, Caixa Econômica, BNH, entre outras e, de forma secundária espaço às agências no seio da sociedade civil, isto é, agências de capital privado. A partir do gráfico desdobram-se duas questões: a primeira: houve uma maior atuação das agências estatais conforme representa o jornal O Imparcial?; a segunda: se houve uma maior atuação estatal, o que promoveu essa concentração nas ditas agências?

No que diz respeito ao primeiro questionamento, já foi demonstrado que desde o governo Costa e Silva, com a promulgação do AI-5, houve uma condensação da atuação das estatais tanto no âmbito político quanto no âmbito econômico. No que tange ao segundo questionamento temos como resposta a opção dos condutores da política econômica pelo planejamento. Segundo Lago,

[...] Acentuava-se, porém, a dependência do setor privado de subsídios governamentais, notadamente, no caso dos setores exportador e agrícola, que permaneceriam um fator duradouro de expansão monetária enquanto o esforço de investimento de estatais, ao exigir recursos externos em volume crescente, iniciava um processo de endividamento para com o exterior que se agravaria em anos futuros (LAGO, 1995, p.271).

Ainda sobre o conglomerado de financeiras que surgem no período do milagre econômico podemos localizar na política econômica uma espécie de política bancária que

regeria todo o sistema financeiro, uma espécie de organização microeconômica<sup>6</sup> do Sistema Financeiro Nacional. Segundo José Pedro Macarini (2006) a concentração bancária no Brasil ocorre no final da década de 1940 e duas décadas após a Segunda Guerra Mundial há um “ciclo expansivo” somado à “intensificação da acumulação produtiva e financeira”, ao “permissivo exercício das políticas monetária e creditícia” o que levou o Brasil a um “processo de concentração bancária de magnitude e alcance absolutamente inéditos até então” (MACARINI, 2006, p.350).

A partir do levantamento feito do jornal O Imparcial tem-se dentre os temas mais apresentados por este periódico cinco principais, a saber: financiamento (79); pesquisa/estudo (72); dirigentes (57); investimento (47) e; habitação (42). Os números entre parênteses significam a quantidade de vezes que os temas aparecem no jornal entre os anos de 1969 e 1973. É perceptível pela nomeação dos temas que estes estão diretamente relacionados à política bancária do período. Apenas um deles se apresenta de forma obscura: pesquisa/estudo, relacionado aos frequentes estudos econômicos da região para uma melhor atuação da política bancária a nível regional. Este estudo culminaria na constatação de que o Maranhão era propício a novos investimentos e financiamentos. Assim, ocorreria a consolidação da atuação de conglomerados no estado. No entanto, esta atuação não é o ponto central deste trabalho.

Com esta possibilidade de atuação as agências financeiras começam a formar convênios, a associar-se e, ainda, fundir-se; eis a formação dos oligopólios financeiros no período do milagre econômico. Como podemos perceber na seguinte reportagem:

O Banco Nacional do Norte, conceituada organização bancária brasileira, vem ampliando consideravelmente suas atividades no campo dos financiamentos.

Assim atuando vem o BNN atuando de maneira mais ampla aos seus clientes e contribuindo, por outro lado, para o desenvolvimento do progresso nacional.

Além de operar na área de atividades comuns aos outros bancos, o Banco Nacional do Norte também atua como agente financeiro, através de entidades financeiras.

O grupo liderado pelo ‘Banorte’ já está publicando editais para convocação da assembleia geral para a fusão de cinco financeiras que servirão de base para a constituição do Banorte-investimentos S.A.

As financeiras são: Produção, Cedro, Dínamo, Fincrédito e Confinorte S.A .

---

<sup>6</sup> A microeconomia ocupa-se da forma como as unidades individuais que compõem a economia — consumidores privados, empresas comerciais, trabalhadores, latifundiários, produtores de bens ou serviços particulares etc. — agem e reagem umas sobre as outras (SANDRONI, 1999, p.388).

A sede do Banorte será no Recife, com filiais no Rio, São Paulo, Belém, Fortaleza e Salvador (O Imparcial. 03.01.1971).

Mesmo o trecho acima sendo uma reportagem, e não um editorial, a respeito da fusão de financeiras fica clara a exaltação feita pelo dito periódico no que tange à atuação do Banco Nacional do Norte, haja vista que para o jornal O Imparcial o BNN –ou Banorte – atuava “para o desenvolvimento do progresso nacional”. Segundo Francisco de Oliveira (1977) houve no Brasil um controle da economia pelo bloco oligopolístico concentrado na produção de bens de consumo duráveis e havia por parte deste bloco uma

[...] imposição de um padrão de relações interdepartamentais no qual os aumentos de produtividade produzidos quase em qualquer setor da economia industrial são inevitavelmente transferidos aos setores do departamento I (OLIVEIRA, 1977, p.87).

O que Oliveira acaba por destacar no parágrafo acima é justamente o que Virgínia Fontes chama de união pornográfica entre capitais. A autora parte do conceito de união íntima elaborada por Lenin adaptada a uma nova configuração do capital no momento de consolidação das relações dos conglomerados de financeiras. Portanto, o que o jornal O Imparcial chama de atuação para o desenvolvimento do progresso nacional nada mais é do que a associação de capitais dos diversos departamentos em prol de uma acumulação capitalista em expansão.

A atuação oligopolística, ao contrário do que se pode imaginar, está diretamente relacionada à questão exterior da política econômica, isto é, diretamente vinculada à atuação das empresas multinacionais no país, portanto, relacionada à política de abertura do mercado ao capital externo.

Além dos cinco temas mencionados anteriormente, outros temas na esfera econômica da sociedade são recorrentes no dito periódico. Assim, acreditamos que seja de fundamental importância a elaboração de um quadro temático para situar o leitor deste trabalho no que diz respeito ao espaço dado pelo jornal O Imparcial a questões que demonstram e exaltam a atuação estatal em prol do desenvolvimento.

**Quadro 1 – Temas recorrentes no jornal O Imparcial entre 1969 e 1973:**

Temas	Quantificação
Dirigentes	57
Integração nacional	7
Projetos	36

Seminário	26
Recursos	22
Infraestrutura	14
Desenvolvimento	15
Aumento de capital	13
Financiamento	79
Industrialização	9
Pesquisa\estudo	72
Estrutura – agência	5
Orçamento	3
Convenio	12
Extinção de instituição	6
Deliberação	9
Produção	3
Abastecimento	1
Fiscalização	4
Controle de preços	1
Aumento de preços	1
Habitação	40
Leilão	4
Inserção de agências	50
Investimento	47
Pis/Pasep	3
Taxas bancárias	7
Credito	19
Fusão	4
Assembleias	6
Empréstimo	24
Liberação de verba	7
Agricultura\pecuária	2
Exportação	2
Depósitos	6
Trabalho	5
Dívidas	7
Atuação no exterior	5
Colonização	6
Incentivos fiscais	9
Dirigentes	57

\*Fonte: O Imparcial. Elaboração própria.

Como pode ser percebido no quadro, pouco espaço é dado às questões trabalhistas, à agricultura e pecuária, ao PIS/PASEP, ao aumento e controle de preços, ao abastecimento. Esses temas estão diretamente relacionados a uma esfera social de baixa preocupação do governo e, por conseguinte, do dito impresso em análise, como forma de reduzi-los a discussões nos âmbitos marginais da sociedade que eram os sindicatos que estavam sob cooptação do governo.

No que tange às relações internacionais, para Mendonça e Fontes (2001) o equilíbrio entre importações e exportações só seria mantido se os padrões de acumulação não fossem

alterados, duas alternativas eram possíveis: “acelerar as exportações ou tomar empréstimos no exterior” (MENDONÇA. FONTES, 2001, p.34), Segundo as autoras ambas foram implementadas. O empréstimo no exterior foi necessário por conta do ligeiro decréscimo da balança comercial nos anos de 1971 e 1972 tendo o Brasil que recorrer ao capital externo para cobrir essa diferença (GIANNAZI, 2013, p.187-188) – esta foi a primeira causa da inserção de capital externo no país. A segunda causa está diretamente relacionada ao financiamento à expansão do acúmulo de capital através de negócios financeiros nacionais, isto é, como fomento às agências que atuavam no mercado de capital. Neste momento também houve um grande incentivo ao principal produto de exportação brasileiro – o café – que se mantinha hegemônico no que diz respeito à exportação de produtos agrícolas.

Segundo Hermann houve no governo Médici um “dilema entre crescimento e equilíbrio externo” (HERMANN, 2005, p.87) no contexto do “milagre econômico” e foram pensadas soluções a esse dilema: a) disponibilidade de liquidez a juros baixos no mercado externo, aliada à (...) “boa vontade” dos E.U.A para com o Brasil; b) a posição favorável dos termos de troca, diante do aumento dos preços das commodities exportáveis; c) expansão do comércio mundial (HERMANN, 2005, p.87).

O Jornal O Imparcial, através de editorial de 12 de junho de 1973, se posiciona frente a essa política expansionista do “milagre” defendendo que,

Continuam as exportações brasileiras descrevendo uma curva ascensional. Nos primeiros cinco meses de 1973 as novas remessas para o exterior atingiram o nível de 1,9 bilhão de dólares, aproximadamente. Ter-se-á uma ideia da força dinâmica implícita nesse movimento se se lembrar que tais cifras equivalem ao total das exportações efetuadas no decurso de todo o ano de 1968. Isto evidencia que a economia brasileira encontrou meios de conquistar novos mercados fora de nossas fronteiras para sua produção ao mesmo tempo que consolida as posições asseguradas nos períodos anteriores. São precisos esses resultados, registrados pelas estatísticas oficiais, que autorizam projeções ainda mais ambiciosas para o segmento restante do ano em curso. Com efeito as expectativas delineadas neste particular, antecipam a possibilidade de atingirmos um volume provavelmente superior a cinco bilhões de dólares de exportação até o final de 1973. (...) A produção nacional extrai destas novas condições os fatores indispensáveis para sustentar a sua taxa de crescimento que se converte por sua vez em elemento consolidador de todos os acontecimentos e aciona uma irrigação de possibilidades por todo vasto organismo social, englobando inclusive aquele campo específico em que se criam novos empregos (O Imparcial. 12.06.1973).

A desmedida forma legitimadora do projeto adotada pelo jornal O Imparcial nos parece um tanto descabida no sentido de que exalta os altos números de exportação sem, no entanto, analisar o volume de capital estrangeiro que se inseria no Brasil na forma de empréstimo. Portanto, ao passo que se tem um grande volume de exportação tem-se, também no Brasil um aumento da dívida externa que seria o ‘calcanhar de Aquiles’ da lógica capital-imperialista dos anos posteriores. Conforme tabelas a seguir.

**Tabela 2 - Dívida externa a médio e longo prazo- 1967/1973 - US\$ milhões\***

Ano	Dívida bruta em 31/12	Dívida em moeda (valor)	Dívida em moeda %
1967	3.372	670	20
1968	3.916	1.104	28
1969	4.403	1.605	36
1970	5.295	2.285	43
1971	6.622	3.193	48
1972	9.521	5.528	58
1973	12.571	7.848	62

\*Fonte: BACEN. Extraído: GOLDENSTEIN, Sérgio. A dívida externa brasileira - 1964/1983: evolução e crise. Rio de Janeiro, 1986. Ed. Guanabara. Quadro 20, pp.98.

**Tabela 3 - Saldo da balança comercial, 1967/1973 - US\$ milhões\***

Ano	Exportações	Importações	Balança Comercial
1967	1.654	1.441	+213
1968	1.881	1.885	-4
1969	2.311	1.993	+318
1970	2.739	2.507	+232
1971	2.904	3.247	-343
1972	3.991	4.232	-241
1973	6.199	6.192	+7

Fonte: BACEN. Extraído: GOLDENSTEIN, Sérgio. A dívida externa brasileira - 1964/1983: evolução e crise. Rio de Janeiro, 1986. Ed. Guanabara. Quadro 21, pp.100.

Como pode ser comprovado através de números temos um saldo positivo ínfimo da balança comercial frente ao crescimento da dívida externa. Esta relação não é feita pelo jornal O Imparcial em seu editorial do ano de 1973. Acreditamos ser de extrema importância a relação entre estes números para que seja feita uma análise real da situação econômica do Brasil no anos finais do “milagre econômico”. Segundo Lago (1995),

No período 1967 a 1973 a dívida externa cresceu à taxa anual de 19,3% enquanto o crescimento da dívida líquida foi de apenas 9,6% ao ano, resultando portanto uma expressiva acumulação de reservas (LAGO, 1995, p.278).

No que diz respeito à integração nacional<sup>7</sup> esta surge em 1971 como uma das bases do I PND e, segundo Lago (1995) foi neste plano que, se definiu formalmente uma política nacional de desenvolvimento regional,

[...] compreendendo: uma estratégia nacional de desenvolvimento integrado; uma estratégia de desenvolvimento para o nordeste; execução de uma estratégia de ocupação e consolidação da Amazônia (LAGO, 1995, p.267).

Além do mencionado plano econômico do governo Médici foi criado também o Plano de Integração Nacional – PIN que “além da irrigação de amplas áreas do nordeste e da criação de corredores de exportação na região, previa a abertura da região amazônica através de rodovias” (LAGO, 1995, p.268).

O jornal O Imparcial, através de reportagem de 26 de setembro de 1971, expõe a atuação do Banco do Brasil no que tange ao projeto de integração nacional que abarca a região amazônica por meio da construção de rodovias:

Para assistir os colonos localizados na transamazônica, o Banco do Brasil assinou convênio com o INCRA, objetivando a utilização racional, difusão e correta aplicação do crédito educativo, com fins agrícolas.

O acordo foi firmado em Santarém, no Pará, entre os srs. Nestor Jost e Moura Cavalcanti, que também inauguraram a agência local do Banco do Brasil, que assistirá os colonos da transamazônica e faixas de fronteira.

O INCRA, segundo seu presidente, colocará à disposição do Banco do Brasil todos os técnicos lotados na área da Transamazônica, para execução do convênio, que terá aplicação imediata.

Cada financiamento será concedido mediante a apresentação de um planejamento elaborado pelos técnicos do INCRA, do qual deverão constar, essencialmente, a situação econômico-financeira do candidato, finalidade do empréstimo, orçamento de aplicação, garantias oferecidas, capacidade de pagamento e esquema de reembolso (O Imparcial. 26.09.1971).

Nesta reportagem do jornal O Imparcial surge um novo tema que está diretamente relacionado ao projeto de integração nacional analisado anteriormente, a colonização que juntamente com o projeto de integração nacional e o desenvolvimento regional formam as

---

<sup>7</sup> É importante lembrar que a integração nacional é uma das bases econômicas da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

bases da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento que tinha como objetivo, no âmbito econômico, o desenvolvimento nacional.

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi criada pela Escola Superior de Guerra – ESG, doutrina esta que seria seguida à risca permitindo às Forças Armadas “assumirem a função de partido da burguesia” (BORGES, 2007, p.21). A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento teve origem nos Estados Unidos e foi criada no contexto da Guerra Fria com o objetivo de manutenção da força do Estado (BORGES, 2007, p.24). Toda a política nacional estaria voltada, então, ao binômio segurança e desenvolvimento.

Segundo Nilson Borges (2007) a Doutrina de Segurança Nacional possuía os seguintes objetivos: a) objetivos nacionais; b) o poder nacional; c) a estratégia nacional e; a segurança nacional (BORGES, 2007, p.30). No entanto, acreditamos que deva ser inserido o objetivo do desenvolvimento haja vista toda a atuação estatal em prol do desenvolvimento nacional apresentada até aqui.

O jornal O Imparcial apresenta alguns posicionamentos frente ao desenvolvimentismo planejado adotado pelos governos militares. Portanto, nesta última parte far-se-á uma análise específica a respeito do desenvolvimentismo brasileiro e do posicionamento do já mencionado periódico.

Fernando Henrique Cardoso (1978) aponta que se deve começar a análise do desenvolvimentismo a partir da análise do mercado “como campo de batalha de imposições econômicas”. Segundo o autor “as ‘regras do jogo’ que o mercado constitui não serão mais que o resultado do processo de oposições, alianças, conciliações e conflitos entre os diversos grupos, nos diversos níveis (...)” (CARDOSO, 1978, p.58-59). Acreditamos, assim como Cardoso, que as relações econômicas possuem imbricações profundas e disputas. Acrescentamos, ainda, que estas disputas ocorrem no seio da Ossatura Material do Estado<sup>8</sup> que se constitui parte extremamente dinâmica do Estado no sentido que este Estado não pode ser considerado tão somente Estado-Sujeito ou Estado-Objeto, mas sim, Estado-Relação<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Ossatura Material do Estado é um conceito elaborado por Nicos Poulantzas, espaço da sociedade em que ocorrem as disputas entre e intra classes.

<sup>9</sup> Neste trabalho adota-se a concepção de Nicos Poulantzas de Estado Relação relacionada à concepção de Antonio Gramsci de Estado Ampliado no sentido de que o Estado não é um corpo homogêneo nem estático mas cheio de relações e esferas que atuam de diferentes formas a favor do interesse da fração de classe hegemônica, no caso deste estudo a fração financeira e industrial.

O jornal O Imparcial trabalha na perspectiva de que o desenvolvimento é necessário ao Maranhão e de fato está ocorrendo no período chamado de “milagre” econômico. Mas o que se percebe é a lógica supracitada utilizada por Virgínia Fontes: inclusão forçada, isto é, o Maranhão se insere na lógica capital-imperialista brasileira, de forma subsidiada assim, como o Brasil em relação aos países que conduzem essa lógica Capital-Imperialista em termos mundiais. De acordo com o jornal O Imparcial

[...] em economia não há milagre, o que há é esforço tenaz, espírito de decisão, rumos corretos e, sobretudo, firme desejo coletivo de transpor as dificuldades e levar adiante a realização de um plano nacional de desenvolvimento. Foi o que sucedeu em nosso país. (...) o que nos agrada é fazer a verificação de que marchamos com decidida vontade para vencer o atraso, o analfabetismo, a doença, os males crônicos do subdesenvolvimento. Nenhuma outra força ou inspiração tem exercido influência sobre o Brasil. O milagre é a fé que temos sobre nosso destino (O Imparcial. 07.10.1971).

O próprio Aparelho Privado de Hegemonia aqui em análise relativiza o termo “milagre econômico” atestando que na economia existem diretrizes e opções adotadas que modificam – ou reafirmam – o rumo da economia nacional. No entanto, o faz de forma a construir consenso em torno da política econômica desenvolvimentista adotada entre os anos de 1969 e 1973 constatando que seria necessário para o desenvolvimento pleno do Brasil que o plano desenvolvimentista tivesse continuidade a fim de retirar o Brasil da lista de países subdesenvolvidos. Segundo Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (2004),

A situação de subdesenvolvimento produziu-se historicamente quando a expansão do capitalismo comercial e depois do capitalismo industrial vinculou a um mesmo mercado economias que, além de apresentar graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista. Desta forma, entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição. (CARDOSO. FALETTTO, 2004, p.38).

A questão do (sub) desenvolvimento e da dependência são pontos fulcrais na análise de Fernando Henrique Cardoso a respeito do capitalismo contemporâneo e o autor o faz de forma que considera que o Brasil vive uma dependência de tipo estrutural. O Brasil não se insere na lógica capitalista a nível mundial como unicamente dependente do capital estrangeiro, mas como país que necessita da abertura a novas tecnologias vindas do exterior,

claro que de forma paralela à abertura do mercado a novos investimentos estrangeiros também, proporcionando aos países desenvolvidos a condução do processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

Enquanto Cardoso percebe a forma estrutural da relação entre dependência e desenvolvimento, Francisco de Oliveira (2013) afirma que esse processo de desenvolvimento analisado por Cardoso relacionando capital nacional e capital estrangeiro gera um desenvolvimento desigual e combinado que proporciona a formação de grupos monopolísticos que tem como base os conglomerados de financeiras, isto é,

O conglomerado, que é a unidade típica dessa estruturação monopolística, não é, ao contrário do que se pensa, uma estruturação para fazer circular o excedente intramuros do próprio conglomerado, mas uma estruturação de expansão (OLIVEIRA, 2013, p.101).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, o que ocorre no Brasil pós-1969 é um projeto de cunho desenvolvimentista que acaba por consolidar a concentração do capital através da formação de grupos oligopolísticos que tinham como carro-chefe o capital financeiro investindo, portanto, no mercado de capitais e financiando a fração burguesa industrial. No entanto, esta consolidação combinava a atuação das forças armadas (coerção) e o uso da imprensa como forma de legitimar o a atuação da burguesia no Brasil (consenso).

O posicionamento do Jornal O Imparcial é explicado pela condução do dito periódico por Assis Chateaubriand que também conduzia uma rede midiática mais ampla: os “Diários Associados” que que circula em âmbito nacional apoiando o golpe Empresarial-Militar. Isso nos leva a caracterizar o jornal O Imparcial, também, como Aparelho Privado de Hegemonia no Maranhão capaz de construir consenso em torno da política econômica defendida pelo Governo Médici.

Assis Chateaubriand além de proprietário dos Diários Associados exerceu funções no Estado Restrito sendo senador entre os anos de 1952 e 1955 (1º mandato) e 1955 e 1957 (2º mandato), além de embaixador em Londres. Esse livre trânsito entre as duas esferas estatais nos permite classificar Assis Chateaubriand como Intelectual Orgânico que auxiliava, através do jornal O Imparcial, a manutenção do projeto de classe representada pelos militares no governo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALMEIDA, Paulo Roberto. *A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica*. Disponível em: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1277HistorPlanejBrasil.pdf>. Acessado em: 15/06/2015.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares. In. *O Brasil Republicano*. Ed Civilização Brasileira RJ 2007.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do Empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GIANNAZI, Carlos. *A Doutrina de Segurança Nacional e o “milagre econômico” (1969/1973)*. São Paulo: Cortez, 2013.
- GOLDENSTEIN, Sérgio. *A dívida externa brasileira - 1964/1983: evolução e crise*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara., 1986.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- GROS, Denise Barbosa. Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. IN: *Ensaio FEE*, v.29, n°2, Ago./dez, 2008.
- HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o “milagre econômico” (1964-1973). IN: GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer. *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- LAGO, Luiz Aranha Corrêa. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”: 1967-1973. IN: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso*. São Paulo: Editora Campus, 1995.
- LENIN, V.I. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2008.

MACARINI, José Pedro. A política económica do Governo Costa e Silva. IN: *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, v.10, nº3, p. 453-489, set./dez., 2006.

MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 14ª ed., 1994.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *Historia do Brasil Recente*. São Paulo: Ática, 2001.

MINELLA, Ary Cesar. Grupos financeiros e organização financeira no Brasil. IN: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.17, nº2, p.80-94, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependencia imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

\_\_\_\_\_. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Niteroi: Tese de doutorado, 2010.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

#### **FONTES:**

##### **Artigos:**

MELLO, Plínio de. Pátria e trabalho, *O Imparcial*, 10 de setembro de 1970.

##### **Reportagens:**

Cinco financeiras integram BANORTE, *O Imparcial*, 03 de janeiro de 1971.

Quinto aniversário do FGTS, *O Imparcial*, 17 de setembro de 1971.

Banco do Brasil apoia colonização, *O Imparcial*, 26 de setembro de 1971.

##### **Editoriais:**

O milagre e a fé, *O Imparcial*, 07 de outubro de 1971.

A marcha das exportações, *O Imparcial*, 12 de junho de 1973.